

HABEAS CORPUS Nº 570.035 - SP (2020/0077983-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : CONRADO DE SOUZA FRANCO
ADVOGADO : CONRADO DE SOUZA FRANCO - SP247620
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO HENRIQUE SALLES DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO HENRIQUE SALLES DE ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente foi preso em flagrante delito em 21/11/2019 pela suposta prática de crime previsto nos arts. 33 e 35 “*caput*” da lei 11.343/06, havendo conversão da prisão em flagrante em preventiva.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, com fundamento na Recomendação nº. 62 do CNJ, e, tendo em vista o paciente preencher e se enquadrar nos critérios aptos à responder ao processo em liberdade, mediante a fixação de medidas cautelares diversas da prisão, e, ainda, caso necessário, a colocação de tornozeleira eletrônica, e, ainda, arbitramento de fiança.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente